

# eunavia

*toma partido*



**Partido da Terra Eu-Návia**  
**PROGRAMA 2012**

*Eleições à Junta Geral do  
Principado das Astúrias*

[www.partidodaterra.net/eunavia](http://www.partidodaterra.net/eunavia)  
[www.facebook.com/eunavia](http://www.facebook.com/eunavia)

## > índice

> quem somos	_____	1
> apresentação	_____	4
> cidadania	_____	7
> território	_____	11
> ambiente	_____	13
> agricultura e energia	_____	16
> economia	_____	20
> política social	_____	24
> cultura	_____	28
> línguas	_____	31



## > quem somos

**A** candidatura do Partido da Terra Eu-Návia é uma iniciativa plural, integrando de pessoas vinculadas a diferentes coletivos sociais, associações culturais e organizações políticas, a maioria sem ligação alguma com o próprio Partido da Terra para além do interesse por dinamizar um relacionamento normal de pessoas que partilham uma língua comum aquém e além do rio Eu. Mesmo estando centrada na defesa do Eu-Návia, a candidatura do Partido da Terra faz extensíveis as suas propostas a todo o rural asturiano, com o qual comparte boa parte dos problemas derivados das políticas urbanitas, centralizadoras e anti-ecológicas dos sucessivos governos do Principado.



Esta candidatura tem uma forte componente simbólica, defendendo de forma pública, sem medo e sem complexos, a voz das pessoas comprometidas com a

defesa dos interesses e da cultura próprias da Terra Eu-Návia, questão que tem virado verdadeiro tabu e que evidencia a ausência de normalidade política nesta comarca, como de facto também acontece noutras partes do Principado e, em especial, nas comarcas rurais. Mesmo não contando com uma estrutura estável, confiamos em que esta candidatura se transforme numa ferramenta útil para propor novas ideias para e desde o Eu-Návia.

A candidatura do Partido da Terra quer ser um reconhecimento a toda a gente que tem trabalhado para a conservação do património material e imaterial da comarca, independentemente da sua cor política ou sentimento identitário. Somos conscientes dos graves prejuízos existentes em relação à defesa da língua do Eu-Návia e particularmente em relação aos esforços por aproximar falantes da língua comum, sejam das Astúrias, da Galiza, de Portugal, do Brasil ou de qualquer outro território onde viva a nossa fala. Somos conscientes de que estes são problemas comuns à língua asturiana, que vê truncados os esforços de normalizar um âmbito linguístico que abarca não só territórios de outras Comunidades Autónomas do Estado, mas também de Portugal.

Queremos acabar com a discriminação política e com os ataques mediáticos para que a multiplicidade de realizações através das quais são sentidas e manifes-

tadas as identidades das pessoas da comarca possa desenvolver-se em liberdade num quadro de tolerância, compreensão e respeito.

Entendemos também que é difícil que a nossa candidatura alcance o apoio suficiente como para ter uma presença efetiva na Junta Geral do Principado. A dissolução da nossa comarca numa circunscrição eleitoral que chega até as portas de Uviéu assim como o facto da própria circunscrição ocidental contar apenas com seis deputados para todo o seu território (frente aos 34 da circunscrição central) reduz o nosso peso político até a prática insignificância. Ainda assim, no caso de obter representação seremos uma voz firme não só em defesa do Eu-Návia, mas também de apoio ao asturianismo nas suas propostas de defesa da oficialidade da língua asturiana e dos interesses gerais do Principado das Astúrias. Independentemente do resultado, o Partido da Terra compromete-se a levar para a frente as suas propostas utilizando outras ferramentas políticas como as Iniciativas Legislativas Populares ou o trabalho de base na comarca.

Queremos levar para frente um projeto democratizador, destinado a transformar o atual sistema parlamentar em outro verdadeiramente participativo e deliberativo. O nosso programa tem como ponto de partida a necessidade das pessoas e das comunidades de recuperar a sua capacidade de decisão, a sua soberania. Por isso, defendemos o estabelecimento de fórmulas de participação política direta, propondo uma transformação radical da atual lei de paróquias rurais de forma que as nossas comunidades possam dotar-se de uma plataforma deliberativa e decisória real de carácter assemblear. Defendemos que as nossas paróquias e bairros tenham o maior número

de competências possíveis e, entre elas, o direito a decidirem livremente as estruturas administrativas nas que se queiram organizar e a forma destas.

Defendemos a fusão dos atuais concelhos da Terra Eu-Návia em um só Concelho Comarcal, com competências para a gestão mancomunada dos serviços públicos que as paróquias integrantes queiram delegar. O Concelho Comarcal, que poderá contar com subáreas administrativas, facilitará a participação política paroquial e possibilitará a coordenação em matérias como as comunicações, saúde, educação, ambiente etc. A comarca do Eu-Návia, pól as suas características, pode constituir um modelo organizativo exemplar para o Principado, devendo ainda constituir-se o território do Concelho Comarcal em circunscrição eleitoral para, por fim, ter voz própria nas atuais instituições representativas.

Propomos também a plena oficialidade do galego das Astúrias nos atuais concelhos da comarca e, eventualmente, nas paróquias constituintes do Concelho Comarcal, assim como a oficialidade da língua asturiana naquelas paróquias onde for patrimonial. A adequação dos limites administrativos da comarca será competência das paróquias que a integram, e poderão atender ou não a critérios linguísticos em função da sua livre escolha.

O Partido da Terra assume e usa habitualmente o Acordo Ortográfico de 1990 ao considerá-la a escolha mais útil e com mais possibilidades de futuro para desenvolver a potencialidade internacional da nossa fala como idioma extenso e útil. No entanto, coexistem dentro da própria candidatura outras preferências para a escrita da nossa língua, entre elas a proposta da *Mesa prá Defensa del Galego de*

*Asturias*. Respeitamos, claro está, toda e qualquer escolha normativa.

Neste e noutros aspectos, esta pretende ser uma proposta plural e integradora, acolhendo e estimulando a diversidade de pensamento, opiniões e identidades neste projeto coletivo e aplicando essa riqueza ao desenho de propostas orientadas ao conjunto da Terra Eu-Návia. A nossa candidatura é transversal e democratizadora, unindo-nos a vontade de defender uma língua comum, diversa em matices e denominações. O fim da discriminação e intolerância linguística é passo necessário para eliminar as barreiras que hoje por hoje nos impedem de usufruir o potencial da nossa língua para nos relacionar com normalidade com o outro lado do Eu e com todo o universo linguístico galego-português, o qual representa um imenso potencial para todo o Principado que, para além do asturiano, tem como línguas cotidianas outros dous idiomas globais (castelhano e português), falados por mais de 700 milhões de pessoas.

Apoiamos com determinação a cooperação política e da sociedade civil para além das fronteiras administrativas, defendendo o reforço e estabelecimento de novos programas conjuntos para o desenvolvimento local, a dotação de serviços ou a conservação do património, tais como a Reserva da Biosfera do Rio Eu, Ozcos e Terras de Burão, em evidente de-

clive pola divergência de interesses entre as administrações autonómicas para além e aquém do Eu. No entanto, rechaçamos qualquer pretensão anexionista ou determinadora de identidades em função de critérios de língua, cultura ou história, defendendo o pleno direito das nossas comunidades a decidirem soberanamente sobre o seu futuro em todos os campos.

O presente programa também quer por de manifesto a ausência de políticas pró-rurais do Principado, mais preocupado pola ordenação das grandes áreas metropolitanas, da siderurgia e da minaria, relegando o grave problema do abandono rural e da autêntica "desertificação" populacional dos núcleos do interior da comarca, responsável junto com o fomento da eucaliptização, dos incêndios que assolam a nossa terra (o caso do Valhedor é apenas um exemplo). A aposta por projetos agressivos contra o ambiente (minaria de ouro em Salave, indústrias contaminantes, a Autovia do Cantábrico e o seu impacto no gado, ...) ou o património (instalação de parques eólicos em zonas de alto valor arqueológico e faunístico como o Chão de Samartim em Grandas, a Serra do Carondio em Alhande, a Serra da Bóvia nos Ozcos ou a Junqueira em São Tisso) é indicativo da desconexão entre as políticas públicas do Principado e um projeto sustentável para o futuro do Eu-Návia.

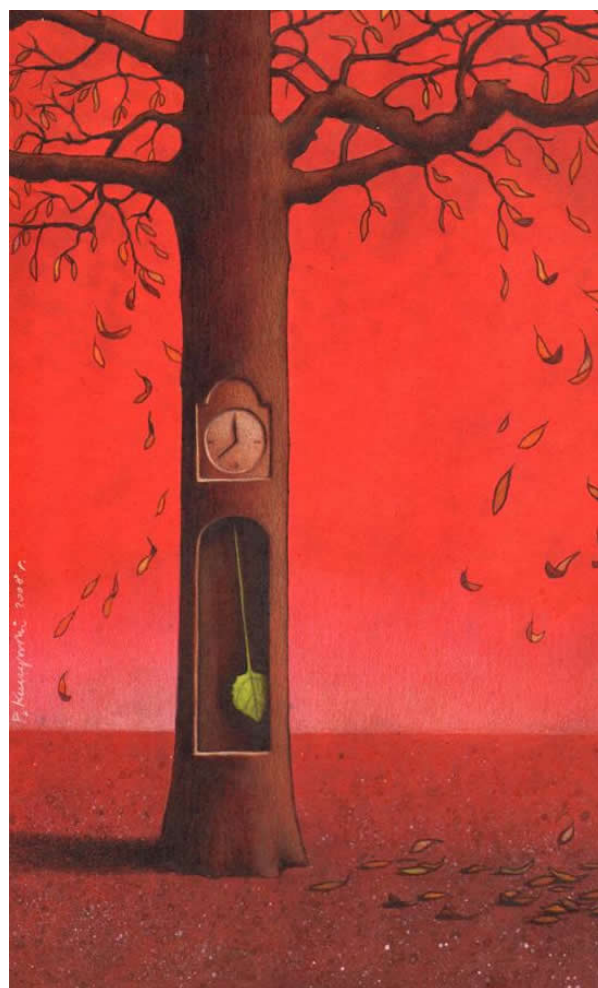


## > apresentação

O conceito de soberania foi usurpado pelo Estado como atributo exclusivo e absoluto, mesmo nos casos onde se alega que a soberania reside ou emana do povo. Mas, hoje por hoje, o próprio monopólio da soberania pelo Estado virou falácia, uma vez que os entes estatais, embora nominalmente independentes, não são já depositários de soberania alguma, diluída em organizações internacionais ou depositada como garante das dívidas perante as grandes corporações transnacionais. Nesta altura, considerar que a independência *de facto* é exercício ou garante de soberania carece de sentido.

Por esse motivo, no Partido da Terra consideramos essencial a recuperação da nossa soberania real: a nossa soberania para decidir como cidadãos, reclamando o nosso direito de deliberação direta e soberana como meio de expressão da vontade política e jurídica; a nossa soberania para organizar política e administrativamente o nosso território e comunidades, tornando possível a conexão das pessoas com a terra; a nossa soberania para exercer a responsabilidade com o ambiente em que estamos inseridos, conservando-o e melhorando-o para as gerações futuras; a nossa soberania para produzirmos os alimentos saudáveis de que precisamos e a energia limpa que garanta a nossa qualidade de vida; a nossa soberania para trabalhar e intercambiar equi-

tativamente os frutos do nosso esforço e empenho; a nossa soberania para cuidar dos nossos, das nossas comunidades e de nós mesmos; a nossa soberania para sermos nós, cultivando o espírito criador que nos caracteriza como povo; e nossa soberania para nos expressar na língua que nos é própria, levando as nossas palavras para todos os continentes.



Mas soberania não é nada sem sustentabilidade, sem a procura do equilíbrio necessário com as pessoas, com outros povos e com o ambiente, garantindo um quadro de relações comunitárias e ecológicas que lhe assegurem a continuidade no tempo através da gestão responsável e da preservação dos nossos recursos. Por isso, chamamos à participação direta das pessoas na vida política, tomando conta da sua responsabilidade ativa. Por isso defendemos formas de vida sustentáveis, generalizando a aplicação de propostas de desenho ecológico e tecnologias apropriadas para habitação, transporte, processos produtivos e gestão de resíduos. Por isso, adotamos as propostas de soberania alimentar, produção local e agricultura sustentável lançadas pelo movimento agrário. Por isso, chamamos para uma nova economia comunitária sustentada no consumo ético e na autonomia do trabalhador que nos permita desenhar as nossas próprias alternativas à crise global. Por isso, proclamamos uma ética do cuidado comunitário que fortaleça os vínculos entre indivíduos, famílias e comunidades, gerindo e prevendo as suas necessidades de apoio e cuidado social. Por isso, optamos pelas lógicas culturais tradicionais, pela preservação e cultivo do nosso património e pela reintegração linguística no domínio que nos é natural.

As propostas programáticas que aparecem a seguir não estão livres das contradições inerentes a um projeto político que, defendendo a democracia direta, pretende participar no quadro de um sistema onde o poder é assumido por "representantes" profissionais. Neste quadro, onde o poder está distribuído de forma tão desigual, a experiência demonstrou que a democracia, no seu sentido mais estrito, se torna superficial. Por

isso, as nossas propostas vão dirigidas à descentralização do poder, devolvendo-o às pessoas. Apelamos para uma reestruturação do conceito de política como prática cidadã ativa, com ênfase no poder local, onde a democracia direta tem o seu fundamento.

Não renunciamos, porém, à participação em todos os níveis da atual "política" representativa, pretendendo injetar nas instituições um jeito quase anti-político (em relação ao que hoje se entende por "fazer política") de gerir a governança, serviço público e tomada de decisões. Queremos propor uma autêntica mudança de paradigma que reivindique a essência da democracia, no seu único sentido literal e legítimo: o da democracia direta.

Ainda assim, não é a nossa intenção eliminar as instituições parlamentares existentes (parlamentos e câmaras de vereadores), mas sim convertê-las em instrumentos de gestão confederativo onde os delegados das assembleias soberanas possam tomar decisões no quadro do mandato imperativo e revogável, isto é, onde a cidadania possa assumir a responsabilidade plena pela gestão dos seus problemas, elaborando soluções de forma coletiva.

Consideramos que, com o Partido da Terra, podemos influir nas instituições de hoje, favorecendo o estabelecimento e a transição para as instituições de amanhã, mas não tentamos controlar umas ou outras, mesmo porque na nossa ótica, os partidos, tal e como entendidos hoje, não são apenas desnecessários, mas contraproducentes. A principal forma de influência que visamos exercer desde o Partido da Terra não é o controlo, mas a difusão de ideias e práticas através do exemplo. Não sendo o nosso objetivo a tomada do poder (nem dos benefícios e privilé-

gios que hoje este atribui aos que o detêm) mas a mobilização e libertação das energias e potenciais criativos das nossas comunidades, dos nossos membros, da nossa sociedade, as propostas que aqui se apresentam estão elaboradas para todos e todas. A casa do Partido da Terra são as nossas comunidades.

Este programa nem é, nem pode, nem pretende ser exaustivo. Embora nos preocupemos por tudo, no PT não reclamamos a primazia da nossa opinião sobre nenhuma questão ou grupo de interesse particular. Nenhum aspeto da vida está para além das nossas preocupações, mas nem pretendemos definir tudo como político nem pretendemos que sobre todos os aspetos exista consenso, quer no partido, quer na sociedade. Não concebemos qualquer progressão linear para a homogeneidade ou heterogeneidade, mas pretendemos assumir e defender os elementos de comunalidade e diversidade que melhor contribuam para a realização das nossas propostas.

A leitura atenta deste programa evidenciará a presença de três tendências internas complementares dentro do Partido da Terra: uma tendência conservadora que procura criar as condições futuras que perpe-

tuem e revigorem os valores e práticas tradicionais da nossa sociedade, que favoreçam os princípios transformadores que aqui avançamos; uma tendência inovadora que estimula a adoção de novas práticas e valores; e uma tendência integradora que desenha alternativas futuras que reconciliem as diferenças entre as outras duas. Todas as pessoas que fazemos parte do Partido da Terra tentamos contribuir para todas estas tendências, decidindo em função dos problemas concretos.

O programa que aqui se apresenta é necessariamente um texto incompleto e de (re)criação coletiva, que pretende ser enriquecido com a crítica, contributos e propostas da sociedade civil, entidades e indivíduos, para além do Partido da Terra. Pretendemos que a sua apresentação pública seja um processo dinâmico e bidirecional, recolhendo e somando múltiplas perspetivas. Ainda, como texto não exaustivo, o programa será complementado com documentos políticos específicos onde pretendemos ampliar e detalhar muitas das propostas que aqui se enumeram brevemente, assim como outras igualmente importantes que ficam para além das dimensões deste programa. Confiamos na colaboração de todas e todos.





O atual sistema de gestão do poder, chamado habitualmente “democracia”, e sendo propriamente uma forma de parlamentarismo representativo, ao inserir-se numa sociedade que trata ao cidadão como consumidor mediatizado desembocou numa infantilização dos sujeitos, afastados do controlo sobre qualquer decisão transcendental, e limitada a sua participação pública ao depósito dum boletim de voto cada certo tempo. A dependência do trabalho assalariado, o consumo voraz e o endividamento levaram-nos a que cada vez mais tenhamos menos tempo para a vida comunitária e familiar, tendo relegado toda responsabilidade política numa casta profissional de gestores do poder e num colossal “Estado do bem-estar”. Em segundo lugar, o sistema caracteriza-se pola existência de grupos de pressão que acabam por determinar a decisão dessa casta de “representantes do povo”, assumindo ilegitimamente a soberania que corresponde às pessoas.

A classe política “representativa” é periodicamente eleita por uns anos e não está vinculada aos seus eleitores por mandato imperativo. Isto é, uma vez eleitos, não precisam responder perante os seus eleitores nem votar consequentemente com as suas “promessas”. Assim, podem pôr em andamento medidas alheias ou contrárias à vontade da sociedade, mas que lhe são reclamadas, como contra-

prestação, polos grupos de pressão, ligados ao mundo empresarial e ao aparato estatal. A circulação desta classe entre cargos públicos eleitos ou designados, as posições de responsabilidade em grandes empresas e vagas permanentes como altos funcionários do Estado esvaecem qualquer linha de separação entre estas esferas. A transferência de grandes quantidades de dinheiro para custear campanhas eleitorais ou as habituais regalias pessoais (cargos em conselhos de empresas, ações, bens, etc.) garantem concessões ou regulamentações favoráveis, assim como o controlo direto ou indireto de recursos públicos (impostos).

Esta classe gestora do poder e da burocracia estatal, longe de estar vinculada aos interesses das pessoas que a elegem nominalmente mediante o exercício eleitoral, responde às estruturas de controle dos seus partidos, aos interesses dos lobistas que a “assessoram”, às pressões dos que controlam os meios de comunicação social podendo tornar inviável a sua reeleição, das chantagens dos que estão instalados ou usufruem permanentemente de algum setor ou aparato de poder do Estado; ou das contraprestações requeridas polos que fazem contribuições notórias ao seu partido (ou património particular).

No cenário infantilizador em que se representa o teatro atual da democracia

representativa, as pessoas ficamos despojadas do estatuto jurídico cidadão. Deixamos de ser sujeitos ativos da política para passarmos a ser só consumidores, ou sujeitos passivos de políticas. Assim, a refundação de uma democracia direta a partir do parlamentarismo representativo implica o retorno gradual do poder às mãos das pessoas, introduzindo, e dotando de conteúdo, sustentabilidade e eficiência, às fórmulas de participação direta existentes como assembleias cidadãs, referendos, mecanismos para a revogação de mandato ou iniciativa popular, orçamentos participativos, etc. Todas elas constituem vias para uma efetiva devolução da soberania política às pessoas que, livres de representantes fora do seu controlo, devemos ser as suas únicas legítimas possuidoras.

No Partido da Terra consideramos de vital importância este ponto na medida em que delimita qualquer possibilidade de intervenção real das pessoas na vida política, apenas possível com a existência duma soberania cidadã real. Com uma artificial participação política produto do atual sistema de gestão do poder, qualquer debate sobre os diversos pontos e propostas torna-se falácia já na origem, pois alguma ou boa parte das posturas serão impraticáveis, não por ilegítimas, mas por indesejáveis para um ou vários grupos de poder dominantes.

Para o Partido da Terra, a essência da vida política dos cidadãos deve ser a participação direta e ativa, sem mediação de qualquer representante, em assembleias populares dotadas de soberania, eficiência, e portanto, de sustentabilidade. Na nossa Terra, o âmbito natural para a gestão da vida política é o das comunidades, paróquias rurais e bairros urbanos. Seguindo a nossa tradição política, e levando em con-

sideração tanto as particulares circunstâncias deste tempo como as experiências de democracia participativa presentes noutros lugares como a Suíça, propomos uma reformulação da vida política.



Nesta proposta as Assembleias Paroquiais serão responsáveis pela supervisão do desempenho de um Concelho Comarcal com responsabilidade sobre a gestão técnica de serviços mancomunados da comarca. Esta supervisão tomará a forma de delegados designados pelas assembleias e sujeitos a mandato imperativo e revogável, devendo responder aos desígnios da assembleia (não os de qualquer outro partido ou organização) e explicarem perante ela a sua atuação. De forma similar, as estruturas parlamentares de nível superior devem operar como Conse-

lho Confederativo, respondendo os delegados comarcais perante as próprias assembleias paroquiais, sendo o seu mandato rotatório, imperativo e revogável.

Conscientes das dificuldades da implementação deste sistema partindo do quadro jurídico atual, as propostas aqui formuladas visam iniciar uma transição do parlamentarismo representativo para a democracia direta, sendo apenas soluções parciais orientadas para a recuperação da soberania cidadã.

Assim, o Partido da Terra propõe:

- Desprofissionalizar a vida política: eliminação de honorários por participação em plenários, eliminação de dedicações exclusivas ou salários de qualquer natureza a cargos eleitos municipais, eliminação de salários, honorários ou regalias a deputados, adaptação de horários de assembleias paroquiais, plenários municipais, ou sessões parlamentares para a sua compatibilidade com desempenho laboral (colocação em fins de semana e feriados), apoio para cuidado de crianças e pessoas dependentes assim como para deslocamentos justificados no caso de plenários comarcais e sessões parlamentares;
- Eliminar toda imunidade ou privilégios dos políticos eleitos perante processos judiciais, reformando ainda o Código Penal para dar maior peso ao agravante em delitos cometidos desde a administração (por políticos, funcionários e administradores em geral);
- Formulação duma nova Lei de Paróquias e de uma nova Lei de Administração Local com base no sistema de democracia direta, aplicando-se de forma imediata no âmbito das paróquias rurais e bairros urbanos;
- Independentemente do anterior, em cada âmbito local em que o Partido da Terra obtenha capacidade de atuação política proporemos a aprovação de ordenanças de participação cidadã que permitam a concretização de assembleias cidadãs no nível paroquial, de aldeia e de bairro, com competência, nomeadamente para a elaboração de orçamentos, de modo que sejam as pessoas em assembleia quem decidam o volume de gasto e impostos, assim como a sua distribuição;
- Mesmo que não obtenha a capacidade política suficiente no âmbito municipal e autonómico para dotar estas assembleias de poder legal, o Partido da Terra promoverá o estabelecimento de assembleias paroquiais e de bairro não jurídicas que incentivem a autogestão comunitária;
- Introdução de mecanismos de mandato imperativo que garantam a execução das decisões em assembleia, introduzindo ainda medidas para possibilitar a revogação popular do mandato nos âmbitos em que não seja possível juridicamente o exercício direto da soberania cidadã;
- Como alternativa transitória para o exercício pleno da soberania, generalização do instrumento de referendo em todos os níveis decisórios, tornando-o imperativo a pedido de 0,5% do censo eleitoral correspondente;
- Facilitação do procedimento de iniciativa legislativa popular à proposta da mesma percentagem para revogar, emendar ou propor leis de

- qualquer tipo, introduzindo ainda a revogação popular de mandato;
- Exercício voluntário e não remunerado de responsabilidades políticas no âmbito paroquial e limitação da remuneração de cargos públicos nos concelhos comarcais e instituições confederais;
  - Obrigatoriedade de transparência absoluta sobre despesas, receitas e atuações, bem como da documentação gerada por todos os entes públicos de modo que, mediante a rede, possa existir um controlo eficaz e envolvimento na vida pública por parte de todas as pessoas;
  - Revisão do estatuto jurídico da função pública, facilitando a sua racionalização com base em critérios de utilidade e a eventual transição para modelos de gestão comunitária;
  - Eliminação de cargos de nomeação política ou livre designação, estabelecendo mecanismos para uma administração comarcal de carácter técnico e popular;
  - Promover a desburocratização e simplificação administrativa generalizada, criando facilidades reais para a implementação de procedimentos eletrónicos;
  - Promoção da transferência de competências e poder decisório dos diferentes âmbitos para aqueles mais próximos das pessoas onde possam ser geridos por democracia direta;
  - Derrogação de qualquer disposição limitadora da pluralidade política na composição das instituições políticas existentes, tais como percentagens mínimas para resultar eleito ou exigência de avais para se concorrer às eleições, suprimindo ainda todo subsídio público aos partidos políticos e suas organizações afins, fixando ainda limites legais ao gasto ligado a campanhas eleitorais.

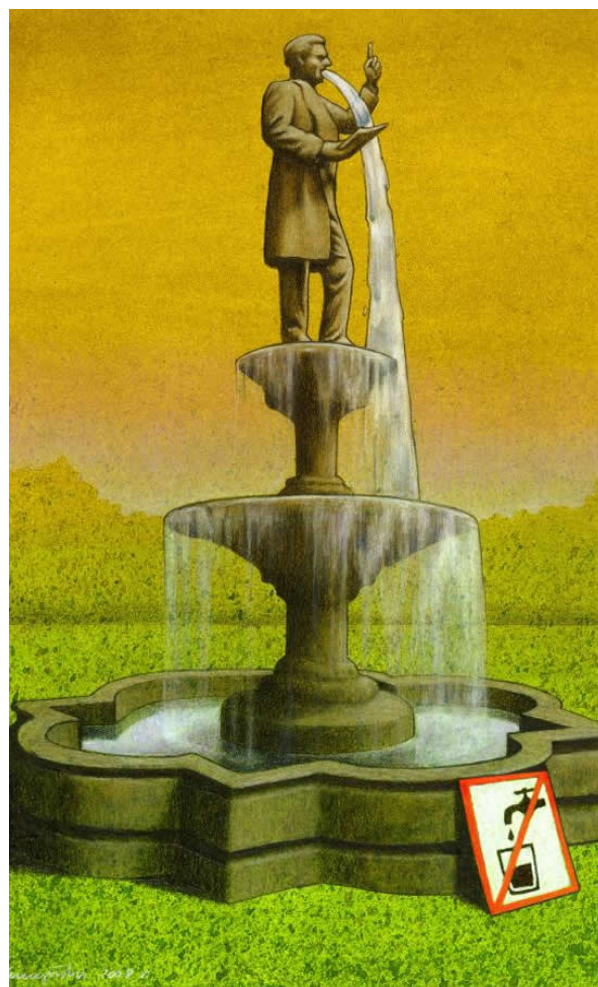


## > território

**T**radicionalmente a organização social da nossa terra fundamenta-se na articulação de conjuntos de unidades familiares em pequenas comunidades interdependentes: aldeias agrupadas em paróquias. Estas paróquias, essencialmente autónomas do ponto de vista económico e político até a chegada do “Estado liberal”, integram redes de intercâmbio mais extensas, enquadradas num espaço geográfico e histórico denominado *comarca*. A imposição do modelo administrativo “liberal” no século XIX introduz formas de divisão territorial alheias e arbitrárias: o município e a província, criados com o objetivo exclusivo de efetivar os impostos e controlo político estatais. Isto traduziu-se na substituição dos concelhos paroquiais abertos, geridos por democracia direta, por administradores de designação estatal que monopolizavam as funções executiva, legislativa e judicial. Estes mecanismos não só debilitaram os laços de interdependência e solidariedade comunitária, como também privatizaram os bens comuns, servindo de alicerce para o início da dependência das pessoas a respeito do Estado para a satisfação de necessidades e dotar-se de serviços.

Para a efetivação da soberania cidadã é imprescindível recuperarmos a nossa soberania territorial através duma organização territorial racional e ecológica

baseada em paróquias (e bairros nos núcleos urbanos) articulada num único Concelho Comarcal, por sua vez, constitutivo duma estrutura confederativa que garanta os direitos das nossas comunidades, incluídos os linguísticos. Esta estrutura pode ser igualmente aplicável a todo o Principado.



O exercício não limitado da democracia direta deve facilitar um diálogo social aberto para reconsiderar a articulação da nossa terra. De forma idêntica, a participação da nossa terra nas estruturas autonómicas, estatais e supra-estatais de que atualmente faz parte também deve ser objeto de melhora e diálogo, procurando ainda um papel ativo que dinamize a nossa participação efetiva.

Seguindo esta lógica, no Partido da Terra trabalharemos para valorizar a estrutura administrativa territorial adequando-a à realidade geográfica, económica, ecológica e histórica possibilitando o exercício duma gestão democrática, eficaz e transparente. Para tanto, contemplam-se as seguintes medidas:

- Impulsionar a paróquia como instituição fundamental de participação política, desenvolvendo a sua soberania e sustentabilidade económica e ecológica;
- Tendo como objetivo último a consecução da sua soberania integral, desde o Partido da Terra promoveremos ordenanças para o estabelecimento de assembleias paroquiais como vias para materializar o poder de decisão;
- Estabelecimento de um Concelho Comarcal para o Eu-Návia fundindo os atuais municípios até corresponderem com os limites históricos da comarca e adaptando-os posteriormente segundo livre vontade das paróquias que os conformam;
- Determinação das paróquias como unidades conformadoras do Concelho Comarcal, devendo conservar o seu poder de decisão, fundamentando-se a natureza da soberania territorial na articulação confederativa de paróquias e comarcas;
- Elaboração polo conjunto da população de uma Lei Comarcal do Eu-Návia que determine as suas competências, em particular as de gestão técnica de serviços mancomunados e facilitação administrativa do desenvolvimento da soberania e participação política paroquial em assuntos de âmbito superior ao da própria paróquia;
- Reconhecimento pleno do regime de propriedade comunitário ou vizinhal de tipo germânico, como forma de propriedade imprescritível, inalienável, indivisível, impenhorável e inequivocamente diferenciada da titularidade pública ou privada;
- Facilitar a recuperação e incorporação de velhos e novos terrenos e bens comunais ao património em mão comum das assembleias paroquiais, criando ainda as condições para que possam assumir e maximizar a gestão comunitária de recursos ou empreendimentos, podendo criar ainda empresas comunitárias e aplicar fórmulas de trabalho cooperativo.

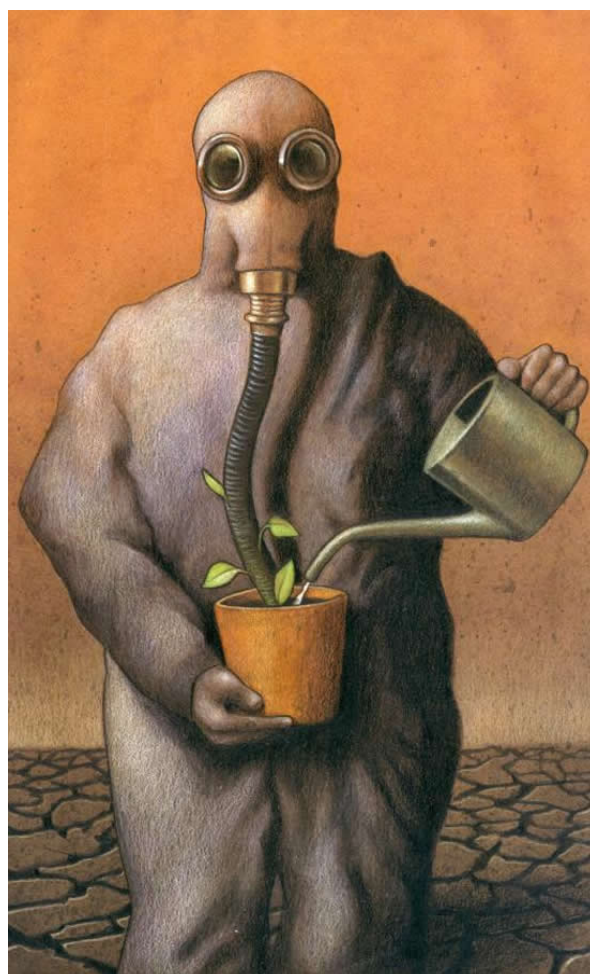


O meio natural e o seu equilíbrio constituem o suporte físico necessário à existência e sobrevivência de todas as espécies animais, vegetais e o próprio ser humano. O atual sistema económico e produtivo, baseado e focado para a simples contabilidade quantitativa da produtividade, sem reparar nem na qualidade nem nas chamadas “externalidades” negativas geradas pelo sistema, juntamente com um consumo de recursos exponencial num mundo finito, está a levar aos sistemas ecológicos ao colapso e à destruição, com a perda de biodiversidade ambiental e genética associada, e à degradação das condições de vida das populações humanas assentes nessas áreas.

A este processo acelerado de forma vertiginosa a partir da chamada “revolução industrial”, tem-se que acrescentar o uso da técnica, de efeitos imediatos, e dirigida só a solucionar um problema específico, normalmente de exclusivo interesse económico para as empresas, sem qualquer visão holística e global dos elementos e relações implicadas na cadeia alimentar e nos sistemas naturais, que é tremendamente errado e pode ter consequências imprevisíveis tanto para o meio, quanto para as pessoas.

É imprescindível enumerar também aqui as problemáticas específicas do nosso ambiente mais imediato: poluição, destruição e grave alteração das rias, costas e

cursos fluviais pela instalação indiscriminada de indústrias, portos, refinarias, papelerias, centrais elétricas, destruição do ambiente natural e paisagístico por extrações mineiras descontroladas, *eucaliptização* para se obter pasta de celulose, urbanismo descontrolado, etc. Atenção especial merece o setor da construção, responsável por uma grande percentagem do uso e esbanjamento de recursos naturais e energéticos.



O solo, a cobertura vegetal e os sistemas ecológicos que se desenvolvem em cima dele devem ser observados como um recurso natural não renovável e, portanto, a sua utilização deve visar manter sempre a máxima diversidade biológica e afastando e confinando os usos mais incompatíveis com ela aos espaços de menor interesse ecológico e com menor impacto ambiental e paisagístico.

A responsabilidade por esta degradação ecológica é frequentemente atribuída às grandes empresas, enquanto a solução costuma confiar-se aos complexos mecanismos administrativos do Estado. No entanto, esta visão descarta a responsabilidade do Estado na promoção duma atividade industrial selvagem, desde a especulação imobiliária nas pequenas vilas até à instalação de grandes complexos industriais, que transformaram radicalmente a nossa geografia destruindo o equilíbrio ambiental. Por trás da promoção do crescimento industrial e urbanístico está a necessidade de se obterem mais e mais impostos com os quais manter não só a estrutura de serviços da administração, como ainda e sobretudo, o poder dos seus representantes e o aparato estatal em si próprio. Portanto, é absurdo confiarmos no Estado, responsável último pela situação ambiental atual, o papel de solucionador. Somos as pessoas, através duma mudança de hábitos e, sobretudo, de valores, as únicas que temos na nossa mão reverter e melhorar o nosso ambiente. Substituímos uma economia consumista por uma economia sustentável dirigida para a satisfação ordenada das nossas necessidades está nas nossas mãos. Será esta uma tarefa a realizar não só sem delegarmos a responsabilidade nas administrações públicas, mas principalmente contra a vontade de domínio que nasce destas.

Aclarado o papel protagonista que nos corresponde como pessoas, determinadas medidas e regulamentos adotados pelas instituições podem servir de catalisadores e apagar as limitações de formas de vida sustentáveis. Neste sentido, no plano da soberania ambiental, o Partido da Terra compromete-se a:

- Fazer do Eu-Návia uma comunidade livre de organismos geneticamente modificados, mediante normas autonómicas, municipais e paroquiais;
- Eliminar quaisquer barreiras à produção, transformação e consumo tradicional, ecológico e sustentável dos recursos naturais, energéticos, alimentares, etc., fomentando os sistemas locais descentralizados e em ciclos fechados autossustentáveis;
- Estabelecer a responsabilidade dos produtores, transformadores, distribuidores, comercializadores e consumidores sobre os resíduos gerados em qualquer ponto da cadeia de produção e consumo;
- Incentivação às comunidades locais para a proteção e manutenção do solo, da sua máxima diversidade e dos seus usos tradicionais compatíveis e a adjudicação à comunidade, mediante os mecanismos jurídicos e legais adequados, de todos os lucros e mais-valias associados aos processos urbanísticos, com o objetivo de evitar processos especulativos e destrutores do território;
- Eliminação de subsídios diretos ou encobertos a lógicas de construção não tradicionais, com o objetivo de conseguir habitações e áreas residenciais, assistenciais, desportivas, de serviços, atividades e produtivas da máxima qualidade e rendimento energético com a mínima pegada



ecológica, paisagística e ambiental no território e no planeta;

- Fomentar e apoiar os sistemas de mobilidade de maior sustentabilidade e menor impacto;
- Estabelecimento e apoio aos bancos de sementes e diversidade biológica, para a conservação e potenciação das variedades ecológicas, agrícolas tradicionais próprias e adaptadas ao meio de cada zona;
- Eliminação de políticas intervencionistas e subsidiadoras de reflorestação com variedades não autóctones;
- Eliminação das políticas públicas intervencionistas agrárias e pesqueiras, focadas no subsídio, controlo e industrialização insustentável destes setores, visando a recuperação do autogoverno das pessoas e comunidades que participam dessas atividades;
- Garantir as medidas de recuperação e proteção de espaços de alto interesse natural, biológico, económico ou paisagístico;
- Proibição das explorações mineiras a céu aberto ou contaminantes;
- Proibição da incineração de resíduos, promovendo-se a produção e distribuição a granel, a redução na origem, a reutilização, a recolha seletiva, a reciclagem e alternativas

mecânicas e biológicas para o processamento de resíduos, como a compostagem ou a digestão anaeróbica;

- Eliminar barreiras à produção, em particular de autoconsumo, de produtores agropecuários, de matérias, produtos e serviços autóctones, nomeadamente aqueles com processos produtivos respeitosos com o meio e, com especial incidência, em qualquer caso, na consecução de ciclos produtivos, transformativos e económicos sustentáveis;
- Declaração do Eu-Návia como zona livre de energia, resíduos e armas nucleares;
- Proibição de espetáculo que implique sofrimento animal;
- Conversão dos atuais albergues municipais de animais e cooperativas comunitárias, procurando a sua sustentabilidade económica com a inclusão de serviços veterinários para o público geral;
- Abolição gradual da experimentação em animais, apostando na sua substituição por métodos alternativos e proibição imediata quando houver métodos alternativos cientificamente válidos, assim como no caso de testes para produtos não ligados diretamente à medicina.



**A** crise económica atual é essencialmente uma manifestação colateral de um modelo sócio-económico e cultural centrado na lógica do crescimento infinito sustentada por sua vez no consumo voraz de recursos, essencialmente fósseis. O previsível declive da produção de petróleo faz com que a transição para um modelo energético e de produção de alimentos apoiado em energias renováveis produzidas localmente seja um imperativo político de primeira ordem. No Partido da Terra colocamos a ênfase na soberania e autossuficiência alimentar e energética, realizando um compromisso claro pela sustentabilidade através de práticas ecológicas e tecnologias alternativas.

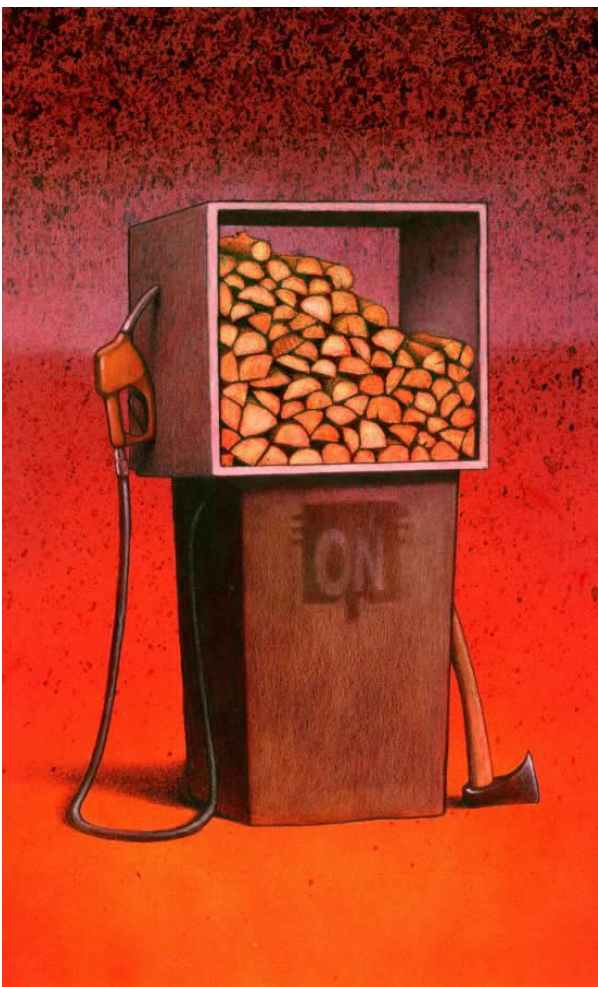
No Partido da Terra visaremos o estímulo da localização da produção, gestão e consumo de energia e produtos alimentares básicos, minimizando transporte, intermediários e geração de resíduos em todos os ciclos produtivos, transformativos e de consumo. Propõe-se assim a paróquia e comarca como células de auto sustentabilidade alimentar e energética não só viável mas também rendível.

A imensa maioria dos produtos alimentares básicos presentes na rede de consumo procedem de explorações agroindustriais e de transformação situadas a centenas ou milhares de quilómetros do consumidor final. Não só o transporte, mas também a produção implicam um

elevadíssimo consumo de recursos fósseis, incluindo os combustíveis de sistemas mecânicos, fertilizantes, pesticidas químicos, etc. Este sistema atenta ainda contra as próprias possibilidades de recuperação da produtividade do nosso mundo rural e da viabilidade social e económica das comunidades nele assentes, e gera no produto final sobrecustos, que num sistema industrial competitivo e consumista, vão em detrimento da qualidade final impondo o seu empobrecimento e práticas demenciais como a obsolescência programada.

Atenção especial merecem os problemas derivados da engenharia genética e da privatização do património biológico. Tradicionalmente, criadores de gado e agricultores foram selecionando através dos séculos variedades de plantas e animais que se adaptavam melhor às circunstâncias particulares de cada zona, num processo de interação contínuo, constante e regulador com as condições do meio. Porém, a tecnologia de modificação genética, de efeitos imediatos, mas não necessariamente negativa *per se*, tem no entanto recebido um uso perverso por parte de diversas corporações químicas, farmacêuticas, agropecuárias e alimentares multinacionais com o objetivo de conseguirem, mediante modificação genética, variedades vegetais ou animais de rendimento acrescentado ou

resistentes a determinadas doenças ou pragas, quanto também o monopólio do sistema de produção alimentar, tendo chegado a ameaçarem e arruinarem mediante armadilhas legais a produtores locais concorrentes ou remissos a aceitarem as novas condições impostas por essas companhias, como patentearem códigos genéticos de seres vivos e exigir um pagamento pela sua aparição indesejada em campos confinantes contaminados com as novas variedades.



A reocupação do âmbito rural não deve ser entravada ou inviabilizada pelo modelo produtivo desenhado pelas instituições e grandes corporações, mas sim apoiada, apostando na expansão racional da produção agropecuária e na maximização das possibilidades de culturas agrícola-

las e de aproveitamento dos recursos marinhos através da reordenação do espaço, atualizando as lógicas e estratégias de exploração tradicionais para o cultivo e o aproveitamento florestal, garantindo assim uma maior sustentabilidade alimentar e energética. O fluxo populacional para o rural a partir das grandes concentrações urbanas deve vir acompanhado dum processo de reumanização e diversificação produtiva das cidades.

No plano da soberania alimentar, no Partido da Terra comprometemo-nos a:

- Afastar os obstáculos para a dignificação e possibilidades de trabalho no setor primário, facilitando mecanismos de gestão cooperativa que promovam uma melhor qualidade de vida e a fixação de população rural dedicada à produção agropecuária;
- Eliminação de entraves e impedimentos à gestão própria, pública e não estatal dos serviços que as comunidades precisarem, nomeadamente água, luz, rede de esgotos e comunicações, conforme as lógicas tradicionais de colaboração comunitária;
- Reconhecimento do valor multifuncional (social, produtivo e ambiental) dos montes vizinhos, incluindo a totalidade dos aproveitamentos potenciais da sua superfície e subsolo, como garante da sustentabilidade ecológica e humana do rural mediante lógicas de exploração comunitárias;
- Derrogação da legislação intervencionista estatal nas comunidades de montes vizinhos em mão comum, garantindo o seu caráter e autogestão plena;
- Eliminar os entraves jurídicos e leis de monopólio que impeçam às co-

- munidades de se dotarem de acesso comunitário universal à Internet, nomeadamente no rural (utilizando tecnologias WiFi e WiMAX), assim como de abastecimento elétrico mediante meios de produção própria;
- Supressão de todo imposto confiscador (imposto sobre bens imóveis, imposto sobre construções, instalações e obras, imposto sobre veículos, imposto sobre terrenos, etc.) nas zonas rurais;
  - Transformar a filosofia dos atuais centros de capacitação agrária com o intuito de oferecer assessoramento técnico a novos e velhos produtores para a produção e distribuição local;
  - Eliminar os entraves à produção tradicional sazonal a nível local fomentando a constituição de mercados livres para a venda direta, assim como redes e cooperativas de produção, distribuição e consumo.
  - Eliminação dos obstáculos para o arrendamento e venda de terras e introdução de mecanismos para a re-mancomunização de terrenos improdutivos ou habitações em estado de ruína;
  - Eliminar os entraves para a implantação de hortas urbanas comunitárias e programas para pôr em uso terrenos potencialmente produtivos nas áreas periurbanas, utilizando zonas verdes e leiras em desuso como espaços para a iniciação ao cultivo hortícola;
  - Utilizar instrumentos públicos existentes (escolas, meios de comunicação social, etc.) para formar e sensibilizar na produção e conservação alimentar, difundindo técnicas convencionais, tradicionais ou alternativas como a permacultura e a horticultura ecológica;
  - Proibir a utilização ou importação de cultivos transgénicos como medida para a conservação da soberania alimentar e da biodiversidade, redigindo uma legislação clara sobre as condições, limites, uso e aplicações da chamada engenharia genética;
  - Proibição a todos os efeitos das patentes de códigos e sequências genéticas e declaração deles como património comum.
- No plano da soberania energética, o Partido da Terra compromete-se a:
- Eliminar os entraves para o estabelecimento de cooperativas energéticas paroquiais e comarcais, sustentadas na própria produção elétrica das unidades domésticas e pequenas explorações. Eliminar qualquer trava que impeça vender à rede de distribuição o excesso de produção local de energias renováveis;
  - Derrogar o quadro jurídico atual estabelecendo que os meios de produção, a gestão e a energia produzida no âmbito das comunidades rurais, nomeadamente através de barragens, mini-centrais ou parques eólicos, passem a pertencer as comunidades assentes no território em que se produz, facilitando a criação de empresas cooperativas comunitárias geridas por assembleias paroquiais e concelhos comarcais;
  - Eliminar as barreiras legais para possibilitar o autoabastecimento do abastecimento elétrico nas zonas rurais mediante meios de produção própria;
  - Eliminação dos entraves para a implementação de sistemas económicos domésticos de climatização pas-

- siva, energia térmica solar e energia geotérmica;
- Eliminação dos entraves para a consolidação da reciclagem numa atividade económica relevante e de geração de riqueza a nível comunitário;
  - Destinar os recursos públicos em matéria de infraestruturas de transporte àqueles de carácter coletivo e de preferência movidos por energia elétrica: trem de proximidade, autocarros e veículos de uso compartilhado;
  - Incentivar modelos de relações e comunicação laborais e profissionais que impliquem uma redução de deslocamentos desnecessários: tele-trabalho, vídeo-conferências, trabalho autónomo e cooperativo, etc.;
  - Eliminar privilégios normativos e subsídios económicos públicos à produção energética não sustentável ou baseada em recursos fósseis;
  - Proibir a implantação da produção nuclear energética ou atividades associadas ao tratamento ou transporte de resíduos nucleares, promovendo ainda a eliminação de subsídios, incentivos e privilégios de mercado fomentando o seu paulatino abandono a nível global;
  - Eliminação de obstáculos à realocação das atividades sociais e económicas, visando a redução do consumo para o deslocamento individual (promovendo o trabalho local e o trabalho a distância) e de mercadorias (promovendo o consumo e produção local);
  - Promover a maximização dos fluxos de energia solar adotando o Horário Europeu Ocidental (UTC+0) e redefinindo os horários de trabalho, ensino e transportes públicos procurando a máxima eficiência nos sistemas de mobilidade coletiva e no aproveitamento da luz natural;
  - Renegociação dos acordos legais e de competências para a gestão de recursos energéticos, com atenção especial para a exploração da plataforma continental marítima e na gestão de competências relativas à Zona Económica Exclusiva.



## > economia

**S**oberania económica sustentável significa liberdade, mas liberdade como exercício da responsabilidade perante si próprio, perante os seus e perante a comunidade. A génese do direito encontra-se no dever de ser fiel a essa responsabilidade, enfrentando todos os aspetos da nossa existência sem acreditar que são outros os que a têm de assumir por nós. As pressões que o sistema económico atual gera sobre as pessoas são instrumentais para as desapossar de qualquer capacidade de articulação política, social ou comunitária, estando afogadas por jornadas laborais, endividamento e impostos em aumento.

É neste quadro que pode definir-se a situação da economia atual como a maior transferência de poder e riqueza, entendidos no seu mais amplo significado, do indivíduo, da família e da comunidade em direção a incorpóreas, espúrias e pouco visíveis mega-corporações de tipo financeiro de âmbito global. O Estado tem funcionado como simples intermediário neste processo. Isto tem-se produzido em dous passos fundamentais. Por um lado deu-se uma progressiva cessão de direitos individuais e comunitários, isto é, responsabilidades, ao Estado e, por outro, a seguir, a desapareção do Estado como suposta encarnação política do povo, uma vez que este depende apenas dos seus credores, a quem deve salvar para manter em funcionamento a

sociedade produtivista que gera os impostos que o salvaguardam.



No nível mais amplo, apenas a ação coordenada de indivíduos, comunidades e povos pode quebrar o atual *status quo* de governança global sob controlo corporativo-financeiro. Mas no nosso plano particular, e como via para a arti-

culação de soluções para o âmbito global, desde o PT defendemos uma série de considerações prévias:

- A soberania económica não é possível sem o pleno exercício da soberania cidadã, da soberania alimentar e da soberania energética, condições necessárias, mas não suficientes para a existência de pessoas e comunidades soberanas e sustentáveis;
- O conceito de dinheiro deve ser redefinido como meio de facilitar o exercício do mercado livre, não como fim em si próprio;
- O mercado livre ou comércio natural caracteriza-se por duas premissas: liberdade absoluta dos agentes para chegarem a acordos mútuos no intercâmbio equitativo de bens e serviços e livre disponibilidade do meio a usar nessa transferência;
- O mercado livre não é tal quando existe um monopólio estatal ou doutra índole que obrigue ao uso de qualquer método ou fórmula de pagamento obrigatória, incluída a moeda fiduciária;
- Os impostos sobre as transferências são confiscatórios, devendo limitar-se o financiamento público apenas a um tipo único anual sobre a riqueza gerada pelos agentes económicos;
- O conceito de crédito, neste quadro, altera radicalmente a disfunção atual gerada pela especulação sobre a moeda baseada em juros. O crédito deve converter-se em investimento que apenas gere rendimento quando se dá bom fim à mesma, quer dizer, se cria riqueza real;
- A primazia do produtivismo como valor hegemónico social acarreta consequências negativas para o ambiente, as famílias e o indivíduo.

O produtivismo em que se vive para trabalhar em vez de se trabalhar para viver, perseguido como fórmula de maximização de impostos e acumulação de capital e poder, deve ser substituído por valores sociais tradicionais como a liberdade, a solidariedade e o apoio mútuo;

- A economia não pode dominar a política e esta deve deixar de ser um instrumento da anterior para planificar e gerir a vida das pessoas.

Em consequência, no Partido da Terra comprometemo-nos a trabalhar para:

- A limitação da necessidade do Estado à sua expressão mínima, como garante do exercício das responsabilidades individuais e coletivas dentro da comunidade;
- A promoção duma economia local escalável facilitando o relacionamento das comunidades por meio de linhas de transporte eficazes;
- A promoção de cooperativas e corporações de ofício como elementos primordiais de socialização empresarial de modo a transformar o trabalhador assalariado em dono soberano do seu trabalho;
- O fomento das cooperativas de poupança e investimento locais e profissionais, colocando a riqueza real ao serviço de novas iniciativas que visem dar novas saídas às corporações de ofício e ao empenho dos novos empreendedores dentro da comunidade e do grupo profissional;
- A eliminação progressiva de todo imposto confiscatório, a ser substituído por uma tributação anual sobre a riqueza gerada, e uma estrutura de crescimento económico que minimize a necessidade de receitas

- por dívida pública e a hipertrofia generalizada do Estado;
- A colaboração com os distintos agentes locais e corporações de ofício para lhes desvendar a rendibilidade da sua efetiva inserção no espaço económico que nos é próprio por tradição, cultura e língua, assim como naqueles outros que, historicamente e desde tempos pretéritos, foram as saídas naturais para o nosso comércio;
  - Potenciação dos circuitos locais de produção e consumo, assim como duma lógica de comércio justo, em particular para todos aqueles produtos não suscetíveis de serem produzidos de jeito sustentável na nossa terra, em contraposição com as atuais lógicas do consumismo e *marquismo* banais;
  - Estabelecer políticas para combater a obsolescência programada de bens de consumo, visando a disponibilidade de produtos duradouros, eficazes, reparáveis, e ecologicamente sustentáveis;
  - Apoiar a economia não monetária, promovendo, com as vantagens tecnológicas atuais, o exercício do intercâmbio e a viabilização de moedas de uso local, bancos de tempo e sistemas de troco;
  - Estimular a substituição do parque automobilístico para modelos operados com energias de produção própria, articulando uma rede de transporte público de pequena e média distância que possibilite a articulação territorial eficaz, com especial atenção para os caminhos de ferro;
  - Promover o uso partilhado de veículos privados assim como o estabelecimento de cooperativas de transporte privado;

- Reduzir a mobilidade obrigatória dos trabalhadores, fomentando o emprego local e trabalho à distância.

Para a implementação destas propostas, no Partido da Terra iniciaremos um debate profundo sobre as tecnologias, suas consequências sociais e ambientais, bem como os monopólios forjados em volta do seu controlo. Com efeito, a tecnologia, em grande medida produto de necessidades militares e mais tarde transferida à sociedade para o fomento da produção e consumo, tem reduzido drasticamente o esforço, custo ou tempo de muitos processos produtivos, fazendo em muitos casos o trabalho impraticável na sua ausência. Sem cair na tecnolatria nem na tecnofobia, a aplicação racional, ética e ecológica da tecnologia pode ser instrumental para uma necessária transformação social. Contudo, devemos ser cientes de que na atualidade o tempo livre das pessoas e inversamente proporcional ao nível tecnológico das sociedades em que se inserem. Uma das disfuncionalidades tecnológicas vem dada não apenas pelos próprios condicionamentos do sistema económico, mas por práticas legislativas como o das patentes que, coagindo a utilização de ideias, é empregue para criar monopólios.

No Partido da Terra admitimos, no quadro económico atual, a existência de patentes como mecanismos que possibilitem a recuperação de investimentos, mas não para afogar a criação. Por isso, torna-se necessária a limitação da sua duração para garantir uma fluente circulação de ideias e servir assim de motor económico. No âmbito específico das tecnologias computacionais, a violação da neutralidade da rede (obrigando sistematicamente a empregar programas de computador pertencentes a grandes empresas) e a implantação de



patentes de *software* inviabilizaram a criação e desenvolvimento de alternativas livres e gratuitas, consolidando flagrantes monopólios apoiados pela administração.

Frente ao chamado *software* privativo, o Partido da Terra é partidário de facilitar o desenvolvimento do *software* livre, que disponibiliza o código publicamente, viabilizando a circulação de ideias, a correção de erros, a melhoria do trabalho prévio e um modelo de negócio inovador e baseado numa economia de serviços.

Por isso, entre outras medidas, o Partido da Terra compromete-se a:

- Reduzir a duração das patentes industriais de vinte para dez anos;
- Garantir a neutralidade da rede em todas as comunicações;
- Garantir um espaço legal sem patentes de *software*;
- Eliminar os entraves à utilização de *software* livre, generalizando o seu uso nas instituições públicas.



**N**o atual quadro de decomposição do Estado do bem-estar, e mesmo antes, a entrega dos chamados “serviços públicos” às grandes corporações privadas tem-se colocado como única saída possível para a sua manutenção. O caminho da privatização parte da falácia gerada com a confusão intencionada entre “público” e “estatal”, colocando o Estado como único garante possível do bem-estar. Com a falência financeira deste, o controlo destes serviços e estruturas, estabelecidos através dos impostos, está sendo transferido para os mesmos agentes económicos que constituem e garantem boa parte das elites no poder.

A sociedade atual, baseada no produtivismo, transforma o ser humano em mais um insumo. Através da ação estatal tem-se intervindo na organização social para melhor efetivar o fim de maximização de produção, consumo e impostos. O tecido familiar e comunal tradicional foi substituído por uma forma de vida adequada à produção onde, desde o nascimento até a morte, o Estado programa as diferentes etapas vitais do indivíduo. A incorporação da mulher ao sistema em troques de uma desejável mudança do sistema, tem aprofundado a transformação social. No momento presente as crianças, com apenas semanas de vida, passam a ser cuidadas fora do seio familiar por pessoas assalariadas, de modo que os progenitores pos-

sam continuar a sua tarefa produtiva. Após a adolescência e formação, a nova mão-de-obra deve incorporar-se ao mercado de trabalho, cuja flexibilidade requer da máxima mobilidade geográfica, hoje global. Deste jeito, o cuidado de pessoas idosas ou dependentes tem deixado de ser uma função familiar ou comunal feita por afeto e apoio recíproco, para passar a ser mais uma indústria realizada também mediante trabalho assalariado.

A chamada “saúde pública”, de que se predica o seu caráter de “universal e gratuito” é, na realidade, simplesmente estatal, além de não pública (e, portanto, não universal), cara e paga através de impostos procedentes fundamentalmente do rendimento do trabalho assalariado. Na sua conceção, a saúde estatal tem como fim a reparação de mão-de-obra estropiada, carecendo já na atualidade de acesso a ela as pessoas que estejam há mais de um ano sem trabalho formalizado. Quer executada diretamente pelo ente estatal, quer por entidades privadas, está caracterizada pela ausência de controlo por parte dos utilizadores como consequência da falta de transparência na sua gestão. Determinados grupos de pressão entre os que destacam os altos funcionários do ente estatal e os grupos empresariais farmacêuticos substituem em grande medida o que devera ser um

controle pleno e democrático por parte da comunidade.

Frente a esta concepção, defendemos que apenas podem ser considerados serviços públicos os desenvolvidos e geridos por e para as comunidades. Isto é, são estritamente públicos os serviços comunitários. Assim, propõe-se uma transferência gradual dos serviços de saúde, educação, segurança, saneamento, reciclagem e providência social para o âmbito de competências de comarcas e paróquias, devendo ser estas as responsáveis para a obtenção dos recursos necessários para a sua manutenção, consolidação e funcionamento em rede.



A queda da população e o envelhecimento são também problemas de imensa

transcendência que têm sido abordados de forma irresponsável, convertendo a nossa terra numa das regiões com menores taxas de natalidade da Europa. No Partido da Terra queremos que o Eu-Návia retorne ao crescimento vegetativo positivo, considerando a natalidade como parte de um modelo social fundamentado na sustentabilidade económica e, portanto, em valores pessoais alternativos ao consumo. No Partido da Terra defendemos ainda o direito a não emigrar, e o acesso universal ao trabalho na terra própria. A emigração, historicamente e no presente, quer para a cidade próxima, quer para países distantes, atenta gravemente contra o desenvolvimento das comunidades, que se veem forçadas a oferecer para outros, frequentemente em condições péssimas, os seus membros mais jovens e empreendedores.

O incremento do poder e presença do Estado, gigante mecanismo conformador total da sociedade atual, veio acompanhado de maior procura de poder e presença e, por conseguinte, de impostos. Na sua formulação moderna isto consegue-se em forma máxima através do fomento sem pausa do produtivismo, por meio do capitalismo, cujo sustento último é o ente estatal. Após 250 anos de "revoluções liberais" a experiência histórica mostra o papel que têm desempenhado os exércitos na ascendência do Estado moderno, instrumentos executores por vezes e determinantes da razão de Estado em outras. Quanto maior é o volume de impostos arrecadados, maior é o poder exercido, maior a influência e doutrinação patriótica da população e maior a presença no jogo das nações, permitindo eventualmente aventuras expansivas e tentações imperialistas. O Partido da Terra considera imprescindível recuperar e devolver às pessoas a capacidade de gerirem as

suas vidas em todos os âmbitos. Entre eles, desde um pacifismo internacionalista e maduro, encontra-se o da gestão segurança, que não deve ser assumida pelo aparato estatal, mas sim exercida, se for preciso, diretamente pela comunidade. Neste sentido, além de considerarmos totalmente sobredimensionado o volume de gasto estatal em segurança, advogamos por um modelo de defesa coletiva de base civil, não permanente e não profissionalizado (excetuando os quadros logísticos imprescindíveis) assim como no reconhecimento das estratégias de intervenção não violentas para a resolução de conflitos internacionais. A ausência de qualquer instituição militarizada permanente deve ser acompanhada de uma declaração internacional de neutralidade.

Ainda, no Partido da Terra consideramos a liberdade religiosa como uma mais das imprescindíveis que corresponde às pessoas e comunidades sem a interferência do ente estatal nem de terceiros, fazendo parte da própria liberdade de consciência. Porém, a eliminação de qualquer entrave ao seu exercício e à discriminação por razão de fé, não pode servir para a promoção estatal duma determinada crença. O aparato estatal deve manter a sua neutralidade a respeito do facto religioso e das organizações confessionais, com o mútuo interesse de procurar a independência. Conforme a este princípio, no Partido da Terra valorizamos como necessária e positiva esta separação plena, a começar pelo aspeto económico.

Assim, no âmbito social o Partido da Terra pretende desenvolver as seguintes atuações:

- Estabelecimento de uma gestão cooperativa da saúde pública assente nas paróquias e no Concelho Comar-

cal, financiada e gerida por e a partir das correspondentes comunidades;

- Separação clara entre serviço sanitário estatal e atendimento privado, incompatibilizando o exercício privado com o estatuto de funcionário público, que deve ser exercido em regime de exclusividade;
- Potenciar a saúde preventiva, a atenção primária de proximidade e a medicina tradicional de acordo com critérios científicos;
- Como fórmula paliativa no modelo atual, garantir o pleno exercício da maternidade e paternidade, criando incentivos laborais e de apoio social para possibilitar as condições ótimas para o cuidado e dedicação às crianças durante os primeiros anos de vida;
- Contabilização do tempo dedicado ao cuidado das crianças nos seus primeiros anos de vida assim como das pessoas, idosas ou dependentes, como anos trabalhados a efeitos de aposentadoria;
- Adotar as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde em relação à preferência pelo parto natural em gravidez de baixo risco, assim como à da importância do aleitamento materno, expandindo até um mínimo de dois anos a licença de amamentação e cuidado na primeira infância;
- Viabilizar as práticas tradicionais protocoladas clinicamente para o atendimento durante a gravidez e parto, nomeadamente a possibilidade de partos domiciliares supervisionados por enfermeiros obstetras;
- Ressaltar o papel social das pessoas idosas promovendo um renovado contrato entre as gerações que ga-

- ranta o cuidado digno e participação ativa na sociedade;
- Viabilizar o fim de vida digno no lar, facilitando o atendimento e dispensação domiciliar de cuidados paliativos;
  - Substituição do atual primeiro ciclo de primária por educação desde a casa apoiada numa Rede descentralizada de Escolantes, com atendimento paroquial, e uma plataforma digital para o apoio do ensino doméstico;
  - Promover, principalmente de fora das instituições, valores alternativos ao consumismo fomentado atualmente, incluindo a autonomia e o intercâmbio entre as gerações de conhecimentos, bem como o goze, conhecimento e cuidado da riqueza natural, arqueológica, arquitetónica e cultural;
  - Fixar o pleno emprego no âmbito local como objetivo nacional das comunidades, tornando desnecessária qualquer migração externa ou interna;
  - Promover a declaração internacional da neutralidade, promovendo a sua exclusão dos tratados que a vinculam com acordos internacionais de defesa. Consequentemente, reclamar-se-á a isenção da carga fiscal proporcional dedicada à manutenção do aparato militar estatal;
  - Organizar a defesa, para o caso de agressão externa, através de milícias civis não permanentes e corpos de intervenção não violenta, sob dependência das assembleias paroquiais e do Concelho Comarcal;
  - Garantir a liberdade religiosa de pessoas e comunidades eliminando a intervenção estatal sobre as organizações confessionais, através da sua separação plena e independência económica.

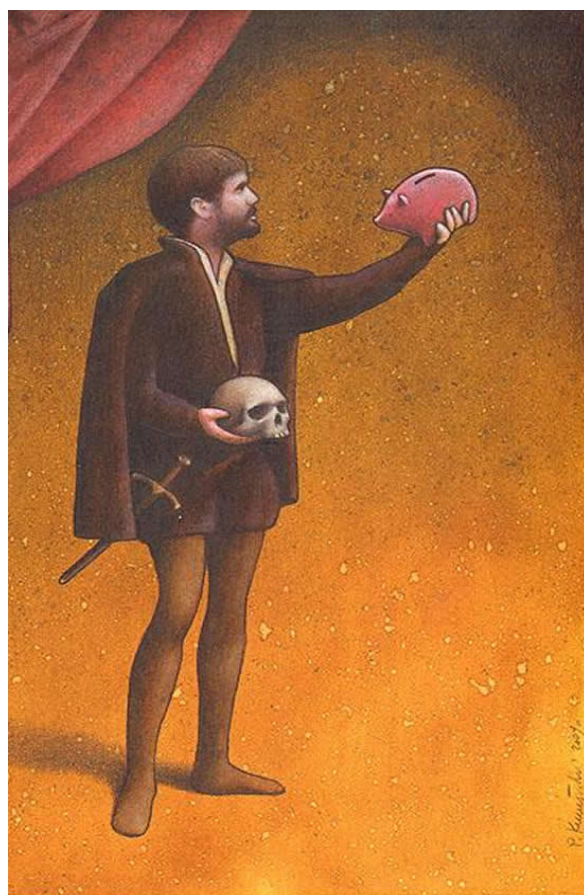


**A** mercantilização e *subsidiarização* da cultura, em primeiro lugar, têm servido para a constituição duma separação artificial entre criadores ou “produtores” de cultura e “consumidores” de cultura. Enquanto a cultura popular, por definição, sempre foi uma manifestação participativa e compartilhada, vivida em comunidade, hoje a “cultura” é mais um produto industrial, destinado a ser consumido por pessoas que não participaram na sua criação. A sua mercantilização tem significado uma importante ferramenta para a homogeneização cultural e intelectual, um “circo” mediático e cultural destinado a limitar a liberdade de consciência retransmitindo e repetindo os valores definidos pelos criadores de (não)opinião e a intelectualidade orgânica.

A cultura da “modernice” gera indivíduos passivos, incapazes, espetadores, recetores, destinatários do criado para os entreter e os *aculturar*, para os fazer participantes duma (in)cultura global, urbana, consumista, superficial e que, no nosso caso concreto, tem sido um elemento instrumental para a ridicularização, banalização e liquidação do acervo cultural, identitário e linguístico próprio.

A produção e o acesso ao conhecimento têm sido monopolizados pelo ensino “público” estatal, do infantário até a Universidade que, estabelecendo as verdades oficiais, se tem tornado um importante me-

canismo para a legitimação política, social e económica. O conhecimento “verdadeiro” produzido nas universidades tem servido eficazmente aos agentes do Estado e das grandes corporações para determinar as nefastas políticas económicas, energéticas, hidráulicas, florestais, industriais e culturais. A mercantilização do conhecimento no sistema educativo “público” é a antítese da gestão própria do conhecimento pela comunidade, verdadeira aposta a sério numa sociedade democrática.



A destruição dos espaços naturais e paisagísticos, o desleixo na conservação e espólio do patrimônio arqueológico, artístico, arquivístico e monumental, a especulação e descuido urbanístico e o abandono das artes associadas à construção tradicional têm sido de velho uma praga funesta na nossa sociedade, com fundas cicatrizes na consciência coletiva. A consequência direta é a ausência de compreensão e interpretação da territorialidade e da sua especificidade organizativa.

É preciso pôr em destaque também a apropriação por parte do Estado, prévia à sua cessão a empresas e meios afins, do que é um patrimônio comunal, público e portanto de todas e todos: o espectro público radioelétrico. A emissão radiofônica e televisiva tem contribuído notavelmente para a aculturação das pessoas e para a conformação da opinião dominante e, portanto, da defesa dos interesses da elite governante.

Cabe apontar ainda o modo em que, no casos das chamadas indústrias culturais, os Estados têm legislado em base aos interesses de grandes corporações, indo mesmo em contra do interesse geral. Nesta dinâmica enquadra-se o desproporcionado alargamento da proteção dos direitos de autor, concebidos na teoria pela necessidade de proteger os interesses dos criadores a respeito da geração de riqueza com a sua obra. Não obstante, o alargamento do período de vigência destes direitos responde apenas a interesses de grandes corporações, não de criadores individuais nem do povo. Ao pretender a sua eternização evitando a sua entrada no domínio público, para o uso e desfrute livre por parte de toda a sociedade, a própria legislação atenta contra o espírito do trabalho criativo. No Partido da Terra somos partidários dos modelos de exercí-

cio dos direitos de autor que relaxam as restrições em base à vontade do criador. Assim, este pode renunciar voluntariamente a exercer direitos concretos em benefício da sociedade para facilitar a partilha, a realização de obras derivadas ou mesmo o uso comercial da sua obra, porém nunca à autoria em si.

Devemos estar cientes de que o conjunto de soluções necessárias para alcançar a soberania cultural, paralelamente ao que acontece em outros âmbitos, passa fundamentalmente por as pessoas assumirmos a nossa responsabilidade como sujeitos ativos na conservação e criação cultural e não por cedermos infantilmente este dever pessoal ao Estado. Com este apelo prévio à responsabilidade cívica, em cautela de tentações de procurar ainda mais presença do agente estatal, responsável em boa medida pela situação atual.

No plano da soberania cultural, o Partido da Terra compromete-se a:

- Eliminar as barreiras existentes e contribuir, principalmente a partir da sociedade embora também a partir dos poderes públicos, para a constituição de cooperativas de ensino autogeridas abrangentes de todos os níveis educativos, desde a educação primária até a Universidade;
- Priorizar a inventariação, a conservação e recuperação do patrimônio material e imaterial como fenómeno vivo, com ênfase na transmissão entre as gerações de conhecimentos, ligando os nossos anciãos com o âmbito educativo;
- Facilitar a recuperação dos métodos e estilos de construção tradicionais e promover a erradicação do feiísmo, tornando prioritária a reabilitação face às construções de nova planta;

- Promover a reocupação do âmbito rural e a recuperação da vida cultural nas paróquias e comarcas;
- Pôr em valor os vínculos históricos e culturais com o âmbito galaico, atlântico e lusófono;
- Efetivar as leis vigorantes e implementar as necessárias que travem a destruição do património cultural e histórico herdado assim como a destruição paisagística;
- Devolver às paróquias e comarcas a decisão sobre a gestão, no todo, do seu domínio público radioelétrico;
- Despenalizar o livre exercício do direito de cópia privada, nomeadamente a chamada *taxa digital*;
- Promover e facilitar o uso de licenças como *Creative Commons* para conteúdos artísticos;
- Adiantar a passagem a domínio público das obras protegidas por direitos de autor, equiparando a duração da proteção à das patentes industriais.





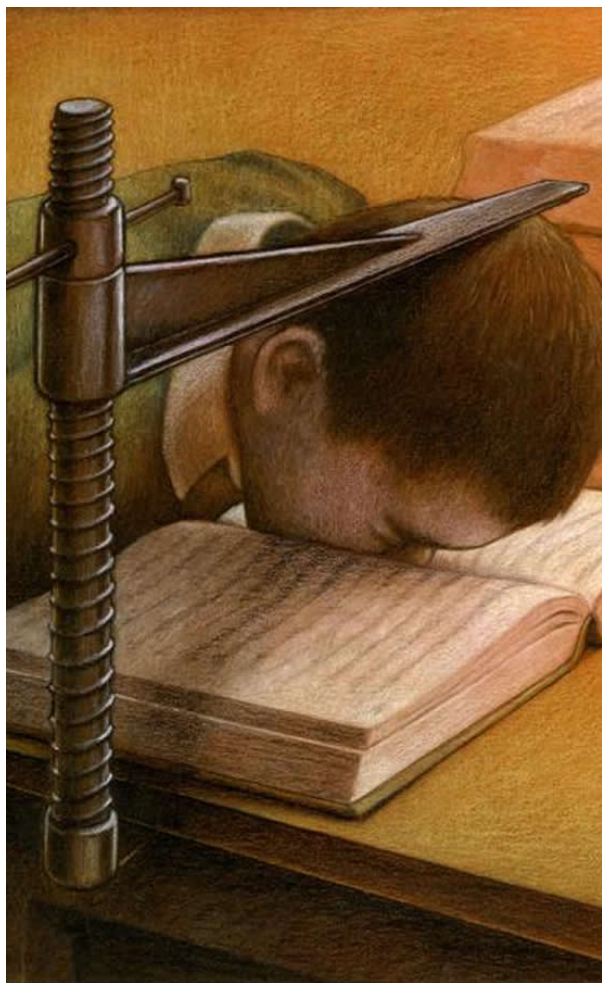
O modelo de sociedade fundamentado na omnipresença do Estado como único ator leva a identificar a identidade coletiva com a pessoal e a cultura nacional com os direitos legais. Com a instauração da autonomia, o feito linguístico diferencial do Eu-Návia tornou-se motivo de exclusão, discriminação e ataques de todo tipo, ao representar, supostamente, um risco para a asturianidade.

Tomando como ponto de partida um falso consenso político e o rechaço frontal ao debate social, a situação dos falantes da língua do Eu-Návia tem degenerado até ver desamparados os seus mais elementares direitos linguísticos na vida quotidiana, direitos amparados pela legislação internacional vigente. O atual modelo de política linguística no Principado das Astúrias não só não elevou a consideração social da língua asturiana mas, de forma histriónica, no caso das falas galego-asturianas do Eu-Návia, mesmo tem gerado um crescente ressentimento contra as entidades e pessoas que trabalham pela sua conservação e recuperação. Estes ataques procedem não apenas dos defensores do monolinguismo espanhol, mas também de alguns setores comprometidos com a língua asturiana que reproduzem contra a língua do Eu-Návia o mesmo padrão do maltratador maltratado. Como resultado, está-

se caminhando para o colapso e total extinção da riqueza linguística da comarca.

De facto, a única política linguística em andamento no Eu-Návia e no resto do Principado, é a do castelhano, que introduzido há mais de cinco séculos e cuja imposição se efetivou por um aparato estatal cada vez mais desenvolvido, avança hoje ao melhor ritmo da sua história devido, precisamente, a que a presença do Estado é quase omnímoda e, portanto, também os seus instrumentos. Por desgraça, os reduzidos esforços do governo asturiano, que pretensamente elaboram a nossa língua e promovem a sua utilização consiste, no melhor dos casos, numa colaboração involuntária à política de uniformidade e assimilação cultural e linguística; no dia-a-dia, na legitimação da substituição linguística e da perda de utilidade da língua devida à procurada separação do resto do espaço da língua comum: o conjunto de países de fala galego-portuguesa, incluída a vizinha Galiza; e, no pior dos casos, a um conjunto de beneficiários agradecidos de despesas públicas, cientes participantes da política de propaganda do Principado destinada a fazer pensar que está a trabalhar para "conservar a língua" do Eu-Návia. A realidade presente é que o Estado mantém em vigor e a cada vez um maior número de normas jurídicas que obrigam ao conhecimento e utilização do castelhano nas

mais diversas atividades sociais, a começar pelo dever de conhecimento do castelhano fixado constitucionalmente com independência da língua própria existente em cada território; um modelo supremacista antitético ao de convivência e respeito mútuo de que se dota a Confederação Helvética, para citar um exemplo.



Frente a esta realidade, a proposta do Partido da Terra parte do reconhecimento pleno do galego do Eu-Návia como tal: língua extensa e útil, língua aberta ao mundo e a uma vasta riqueza geográfica e histórica. Por isso, a nossa preferência pelo Acordo Ortográfico da língua portuguesa, que nos insere no espaço linguístico que nos é natural, reconhecendo que a língua que se conhece internacionalmente como português, como todos

os idiomas extensos, tem múltiplas variantes, uma das quais é a forma própria do Eu-Návia. A língua originária do noroeste peninsular, cuidada durante séculos no seio do mundo tradicional eu-naviego, está chamada a recuperar o seu papel em todos os âmbitos e especialmente no de língua internacional, fundamento, até o de agora negado, da sua sustentabilidade e plena restauração social.

Tendo em conta o potencial internacional da nossa língua, da pertença ao espaço atlântico e europeu, dos vínculos históricos e migratórios com a hispanofonia, a nossa história, cultura e habilidades linguísticas torna-nos um pólo privilegiado para a consolidação e criação de novas relações económicas. Tanto a nossa língua própria como aquelas às que estamos ligadas por vínculos históricos e culturais (nomeadamente o castelhano) são pontes firmes para a consolidação do potencial internacional do Eu-Návia.

No caminho para o reconhecimento do valor do idioma, da defesa dos direitos dos falantes e da criação de consenso social e político, desde o Partido da Terra propomos as seguintes medidas que promovam a nossa soberania linguística:

- Oficialização plena do galego de Astúrias no Eu-Návia e do asturiano no resto do Principado assim como naquelas paróquias e concelhos do Eu-Návia onde for patrimonial;
- Dar cabo das barreiras existentes para um relacionamento normal e, portanto, pleno, do Eu-Návia com o resto da Lusofonia, a começar pela possibilidade de receção das televisões e rádios galegas e lusófonas e da disponibilidade de livros, revistas, jornais, materiais audiovisuais e de consulta dos países com os quais

- partilhamos a nossa fala em todas as bibliotecas públicas e escolares;
- Eliminação de barreiras ao uso do Acordo Ortográfico ou de outras normas, nomeadamente qualquer pretendida oficialidade ou determinação de critério de autoridade para opções ortográficas;
  - Ratificação institucional do Acordo Ortográfico e introdução da variedade internacional e outras manifestações orais da nossa língua (galega, portuguesa, brasileira e africana) como conteúdo nas aulas de língua galego-asturiana em todos os níveis de ensino, assim como facilitar formação geral e específica à população geral, com ênfase na administração pública e no mundo empresarial;
  - Adoção da nossa fala como língua do modelo educativo atual em primária e secundária, aplicando o direito internacional à imersão linguística na nossa língua como base legislativa à hora de contemplar a presença de outras línguas no ensino;
  - Facilitar a participação do Eu-Návia nos espaços institucionais galegos e lusófonos, especialmente nos implicados com o relacionamento linguístico, cultural e económico;
  - Implementar a normativa que garanta os direitos linguísticos dos cidadãos no seu relacionamento com os poderes públicos, efetivando
- que qualquer funcionário público (ou pessoal laboral ou de empresas que executem serviços públicos) que preste serviço no território do Eu-Návia apresente um domínio pleno da língua da comarca que lhe permita desenvolver a totalidade das suas funções e tarefas nesta língua, com independência da sua pertença a qualquer administração;
- Generalização do uso de *software* livre em língua portuguesa nas instituições públicas da comarca como alternativa para a poupança de recursos económicos e a familiarização dos usuários com a variedade internacional da língua;
  - Derrogação de quaisquer disposições jurídicas que imponham a utilização (dever de uso obrigatório) do castelhano no Principado das Astúrias;
  - Estabelecimento de espaços específicos na nossa língua na Rádio e Televisão Públicas do Principado através de desconexões de carácter comarcal, aplicando critérios rigorosos na sua posta em prática, e fomento da presença das variantes internacionais da língua;
  - Suprimir a dobragem em todas as transmissões audiovisuais, introduzindo legendagem obrigatória em galego, asturiano e castelhano para toda a programação em outras línguas.

